Efeméride de 4 de abril (*)

Oswaldo de Oliveira Riedel

Nesta primeira reunião de abril do Instituto do Ceará coube-nos, por dispositivo estatutário, discorrer sobre as Efemérides do mês.

Em sessões aqui realizadas nos dias 4 ou, em seu impedimento, no primeiro dia útil subseqüente, é costume serem apresentadas efemérides relativas à primeira quinzena do mês em curso. Desta vez decidimos, no entanto, limitar ao próprio dia 4 de abril ocorrências as quais, esperávamos, seriam numerosas e opulentas em evocações de fatos históricos assinalados no Ceará. Equivocamo-nos, porém.

A qualquer pesquisador pretendendo, em profundidade, coligir as efemérides de 4 de abril ao longo de quase trezentos e cinqüenta anos de História cearense impressionará, por certo, a singular escassez de acontecimentos dignos de registo nesse dia. Dele não pudemos surpreender, nas fontes consultadas, uma anotação sequer no período compreendido entre a malograda expedição de Pero Coelho de Sousa e o final do ano de 1700. E no entanto sabemos ter havido, ao longo desse prolongado espaço de tempo, muitos fatos dentre os quais poderia surgir, aqui ou ali, algum, ocorrido nesse dia e mês referidos. Em ambas as tentativas de ocupação batava ou as guerras contra o aborígine, por exemplo. Mas, por mais estranho possa parecer, não reponta uma só anotação alusiva a essa data esquiva. Como se, frente a todo quarto dia do quarto mês do século XVII, os cronistas ficassem *in albis*.

(*) Trabalho lido na sessão de 4 de abril de 1980, no Instituto do Ceará.

Por isto mesmo — parece-nos — pode ser considerada providencial compensação, para o pesquisador, a modesta vintena, se tanto, de fatos de marcante significação registados de 1603 à metade do século atual, nesse dia tão fugídio aos fastos cearenses.

Por ordem cronológica citamos, em primeiro lugar, o ano de 1709. O governador de Pernambuco, ao qual estava então subordinada a Capitania do *Siará Grande,* recebera de Lisboa a Carta Régia de 4 de abril daquele ano e mediante a qual João Fernandes Lima era cientificado: "por não terem sido preenchidas certas formalidades, deixava de ser confirmado no posto de Capitão-mor das povoações erectas de próximo na Serra do Araripe." (19)

A ordem Régia de 20 de janeiro de 1669 criara Corpos de capitães-mores e cabos de Milícia nas freguezias dos sertões do Brasil. (2) E o Capitão-mor, como no caso João Fernandes Lima, seria importante autoridade, pois teria como subordinados cem homens das Ordenanças Montadas, tropa auxiliar de segunda linha como os Regimentos de Milícias de Cavalaria ou Infantaria.

Deveria ser cargo muito cobiçado, na época, porquanto conferia a seus titulares privilégios e incontestada autoridade. (20) Muitos deles, superestimando-se como senhores de baraço e cutelo, exorbitavam de suas prerrogativas e foram substituídos do cargo pela vigilante e justiceira administração ultramarina, como atesta número considerável de Cartas Régias expedidas nesse particular.

Quanto a João Fernandes Lima, este viu frustradas suas pretensões de ser efetivado no posto. Por mera formalidade, quiçá de pouca monta e por ele negligenciada ou mesmo ignorada, seria consentâneo admitir.

Merece reflexão o rigor com o qual era exigido o cumprimento, por parte dos súditos, das normas emanadas do soberano. Pequeno deslize, e o indeferimento não se faria esperar. Ao lado de tanta exigência, a Carta Régia daria ao vassalo a impressão de serem por el-Rei, pessoalmente, examinados e decididos cada relatório, cada mercê requerida, cada queixa formulada. Estariam aí de modo implícito embutidos dois motivos, dentre outros, para explicação da vitalidade do poderio colonial português como desafio multissecular da administração de seus territórios ultramarinos?

Em 1775 era baixada, a 4 de abril, Provisão Régia de enorme repercussão nos âmbitos administrativo e social, aquilata-

da somente hoje em sua verdadeira profundidade. Porquanto, logo aplicada e daí em diante mantida sem solução de continuidade, reforçaria na índole da etnia brasileira sua inata e inabalável ojeriza à discriminação racial.

Determinava essa Provisão: "... para os filhos de Portugal que se casem com índias, seus descendentes serão preferidos para os empregos públicos". E acrescentava, deixando clara a intenção punitiva aos recalcitrantes: "fica proibido que alguém, por desprezo, chame caboclos aos indígenas, sob pena de degredo para fora da Comarca para os contraventores." (18)

Ao mestiço de branco e índio chamamos caboclo. Mas, da mencionada Provisão se depreende: caboclo era como o reinol, há quase duzentos e cinqüenta anos, denominava o próprio aborígine. E com certa conotação depreciativa, como deixa expresso, sem subterfúgios, o mesmo documento.

"Vicente Ferreira da Ponte", reza a crônica de 4 de abril de 1791, "é provido por D. Tomé José de Melo no posto de Comandante do Regimento de Cavalaria das Vargens do Acaracu". (18)

Existiam, nessa época, paralelamente à tropa de Primeira Linha, os Regimentos de Cavalaria, os de Infantaria e ainda as Ordenanças Montadas. O Barão de Studart nos ensina terem existido naquele tempo, além dessas Ordenanças, seis Regimentos de Cavalaria e três de Infantaria, no Ceará. (19) Porém, ao especificá-los cita, como um só, o das Vargens do Jaguaribe e do Icó, dando assim ao leitor desavisado a impressão de se tratar de um só Regimento quando, na realidade, eram dois. Os demais eram o do Crato, o dos Inhamuns, o da Serra dos Côcos e o do Sobral. Os três Regimentos de Infantaria eram o das Marinhas do Ceará e Jaguaribe, o das Marinhas do Acaracu e Camucim e o dos Homens Pardos do Icó. Essa tropa seria mais tarde aproveitada quando, por Decreto de 20 de dezembro de 1831, organizar-se-ia a Guarda Nacional do Império. (2), (6), (22)

A respeito de Acaracu vale relembrar: em seu parágrafo 6º do Artigo 1º, a Lei Provincial nº 1844, de 22 de janeiro de 1879, mandava, daquela data em diante, escrever Acarahu, topônimo hoje simplificado em sua grafia para Acaraú pela queda da consoante átona. (3)

A efeméride de 1832 evoca Pinto Madeira, e, com ele, o famoso Padre *benze-cacetes*. (8) Mas, principalmente, o combate cruento de 4 de abril nas ruas do Icó. (12) Matutos aguer-

ridos e devotados à causa por eles considerada justa aglutinaram-se em torno da liderança de Joaquim Pinto Madeira. Esses improvisados soldados, valentes porém bisonhos, tomaram de assalto naquele dia a vila ocupada pela tropa legalista. Mas, exultantes por tão inesperado quanto feliz desfecho, incorreram em idêntico erro fatal perpetuado, milênios antes deles, pelos egípcios em relação aos hititas. (9) Pois, subestimando o inimigo dali escorraçado, supostamente acabrunhado por humilhante derrota, entregaram-se ao saque e a libações alcoólicas. Foram conseqüentemente presa fácil quando os legalistas, retornando mais tarde, viram-se diante de ébrios incapacitados para oferecer-lhes eficiente revide.

Seria, do ponto de vista militar, mais um galardão para os mantenedores da Lei, não fora lamentável epílogo enodoar-lhes o mérito daquela sagaz reconquista. Alguns prisioneiros deveriam ser conduzidos para Fortaleza por escolta comandada pelo Capitão comissionado Francisco Martins Galucho. Mas os prisioneiros não ultrapassaram Jaguaribe Mirim, pois foram assassinados a sangue frio pela mencionada escolta. Ou, na versão velhaca do próprio Galucho: "morreram estuporados em conseqüência de banho frio após lauta comida de pirão escaldado". (12), (19)

No dia 4 de abril de 1846 o presidente da Província, Inácio Correia de Vasconcelos, no cumprimento da determinação contida no Aviso de 15 de fevereiro de 1845, encaminhou ao Ministro Manuel Alves Branco os Ofícios das Câmaras municipais da cidade do Icó e das vilas do Jardim, Riacho do Sangue, Crato e São Mateus, relativos à projetada criação da "Província do Cariri Novo". (4)

Desde 10 de julho de 1828 vinha sendo tentada, aliás, com respaldo oficial, a criação dessa natimorta província a qual deveria abranger, além do Sul do Ceará, territórios limítrofes dos vizinhos Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Antes mesmo de ter o Senador Alencar levado à Câmara Alta do Império projeto semelhante, a edilidade de São Mateus (hoje Jucás) remetera ao Corpo Legislativo do Brasil extenso Ofício-mensagem onde se afirmava poder contar, a projetada Província do Cariri Novo, com a população de mais de cem mil habitantes e com a receita anual de oitenta contos de réis, números respeitáveis para a época. (5), (12)

O Ofício do presidente provincial Correia de Vasconcelos viria, portanto, insistir na tramitação de projeto pelo qual

o próprio Senador Alencar já de há muito se desinteressara, como admitem alguns estudiosos da História do Ceará. (5)

Em 1854 a Câmara de Barbalha voltou à carga e, no Crato, era fundado um ano depois o jornal *O Araripe,* num de cujos números era transcrito, do *Diário do Rio de Janeiro,* extenso artigo de José de Alencar a respeito do assunto. (1) Ainda desta vez, porém, não vingou a idéia.

No século atual foi tudo isto revivido quando João de Segadas Viana, em 1940, elaborou plano de divisão territorial do Brasil, obedecendo a critérios cientificamente fundamentados. Nesse projeto figurava o "Estado do Araripe", cuja capital seria Crato. Teixeira de Freitas, modificando nove anos depois esse plano, foi mais ambicioso: seria criado o "Estado do Nordeste", com a cidade do Icó para capital e subdividido em cinco Departamentos. Compreenderiam: o do Ceará, o do Cariri, o do Acaraú, o do Rio Grande do Norte e o da Paraíba, com as respectivas sedes em Fortaleza, Crato, Ipu, Natal e João Pessoa.

Em maio de 1957, defendido pelo deputado Wilson Roriz, debateu a Assembléia Legislativa do Ceará exaustivamente o assunto para, depois de frustrada decisão plebiscitária de vinte e oito municípios do Sul do Estado, cair novamente em completo esquecimento.

Em sua edição de 7 de abril de 1854 o *Cearense* noticiava algumas pessoas terem visto (fazia três ou quatro dias) para o lado de Oeste e de dezoito para dezenove horas, um cometa caudato (sic) com o comprimento aparente de uma braça. E prosseguia a nota: "Hontem pretendiamos observar, porém o ceu estava coberto e nada vimos." (24)

Não é difícil imaginar: esse observador, desejoso de tirar a limpo a novidade, deveria ser o Senador Pompeu. Homem afeito à falácia de informações inconsistentes, acautelou-se atrás de criptônimo, implícito no pronome pessoal da notícia. O silêncio a respeito, nas edições subseqüentes do periódico, mostra como estava certo o prudente intelectual.

São raríssimas as aparições comentárias registadas na História cearense. A primeira (tivemos o ensejo de verificar faz alguns anos) é devida ao Padre Luis Figueira o qual, em 1607, observou o cometa de Halley (ainda inominado nessa época (quando da expedição missionária à Ibiapaba em companhia de outro jesuíta, o Padre Francisco Pinto. (14)

Teria havido, na realidade, a passagem de algum cometa espetacular em céu cearense no dia 4 de abril de 1854? Na

pesquisa baseada em períodos expressos em anos, com aproximação até a primeira casa decimal para os cometas mais comuns das famílias de Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão, não chegamos a conclusão convincente. (21)

Assinala o 4 de abril de 1864 a posse do Dr. Lafayette Rodrigues Pereira na presidência da Província do Ceará, cargo por ele ocupado até o dia 10 de junho do ano seguinte. (11), (27)

Em janeiro de 1865 o governo imperial recomendara a organização de Corpos de Voluntários. Deveriam ser (e de fato foram) importante reforço para o Exército regular na luta contra os paraguaios. Coube, portanto, ao presidente Lafayette iniciar a remessa, para o longínquo teatro de operações, dos combatentes cearenses cujo número, no final da campanha, ascendeu a 5802 homens, segundo dados colhidos na documentação do Barão de Studart. E é curioso observar: daquele total, 5722 eram praças, das quais apenas cerca de seis por cento, ou seja, quase 350, eram escravos libertos. (19)

Veio à luz da publicidade, a 4 de abril de 1909, o primeiro número de *O Limoeiro,* jornal noticioso e literário a ser editado quinzenalmente na cidade jaguaribana homônima. (16)

Mais uma das numerosíssimas tentativas, desde o século passado no interior cearense, para dotar as respectivas cidades de órgão informativo próprio. Muito poucos desses jornais interioranos ultrapassaram o segundo ou terceiro número. Talvez seja *A Verdade,* de Baturité, o único periódico longevo ainda hoje em circulação: estará comemorando, a oito do corrente, sessenta e três anos de existência.

Anota o cronista, a 4 de abril de 1928: "Os jornais porfiam em esclarecer o povo sobre o que seja uma eleição em dois escrutínios, qual a do próximo dia 10, que se fará de acordo com a legislação vigente." (10)

Tratava-se, no caso, de eleições municipais em todo o Estado, com exclusão dos municípios de Assaré, Campo Grande, Crateús e Nova Russas.

Os periódicos de Fortaleza estampavam, no dia 4 de abril de 1932, alarmantes notícias oriundas de Maria Pereira e de outras localidades da hinterlândia cearense, descrevendo a grave situação condicionada pela escassez de víveres, nessas regiões, em virtude da seca incipiente. (10)

Como as precedentes nos anos de 1915 e 1919, também a seca de 1932 foi calamitosa em extensão e gravidade. Já em

maio desse ano cessara a dúvida quanto à presença do flagelo, principalmente no baixo Jaguaribe de onde se estendia à ribeira do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Vitoriosa a Revolução de 1930, teve o governo provisório dificuldade em conseguir Ministro da Viação para permanência, por espaço de tempo razoável, naquela pasta. Depois das efêmeras passagens de Juarez Távora e Paulo de Morais Barros, recaiu a escolha de Getúlio Vargas sobre José Américo de Almeida o qual, nesse Ministério, permaneceu de 29 de novembro de 1930 a 23 de agosto de 1934.

José Américo veio ao Ceará, pessoalmente, verificar a extensão da seca para providências destinadas a minorar-lhe os efeitos. Nordestino, podia compreender em toda sua plenitude o quanto a prolongada estiagem significava para o habitante, sofrido e sofredor desta região assolada pelo fenômeno cíclico. Mas, de acordo com o depoimento de Tomás Pompeu Sobrinho, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas estava, então, despreparada e desaparelhada para enfrentar o flagelo. (13) Contrapuseram-se, porém, a tais deficiências, os esforços conjugados do Ministro José Américo e do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça os quais conseguiram, no território cearense, dar adequada assistência aos retirantes. Dentro das exíguas possibilidades, evidentemente.

Houve, a contragosto do poder público, necessidade de confinar os flagelados em abarracamentos como os de Fortaleza, Quixeramobim, Ipu e outros, acampamentos estes onde se acumulavam até oito ou mais dezenas de milhares de pessoas em lastimável promiscuidade e precárias condições higiênicas. Não seria, por certo, esta a solução para problema tão complexo. Mas, de cerca de um milhão de flagelados em todo o Nordeste, mais ou menos duzentos e setenta mil foram engajados como obreiros na construção de açudes ou de estradas.

Começavam, pois, os governantes a conscientizar-se de não dever ser considerado, o retirante, miserável esmoler. Tampouco deveria a vítima da seca ser induzida a migrar em massa para a Amazônia ou para o Sul do País. O poder público, propiciando no próprio Nordeste os recursos aos quais faz jus como vítima de fenômeno climático, o flagelado continuará fixado ao solo e retornará às atividades rotineiras tão logo cessarem os efeitos imediatos da seca.

Viajava em 4 de abril de 1934 para o Rio de Janeiro, onde exerceria o cargo de Secretário da Escola Nacional de Agronomia, o Professor Raimundo Renato de Almeida Braga. (25)

Estivera em Fortaleza dois anos antes, por ocasião de calamitosa estiagem, o Ministro José Américo de Almeida. Aqui teve ensejo de conhecer pessoalmente Renato Braga, então com trinta anos incompletos de idade. A maneira afável e urbana de tratar as pessoas com as quais convivia, mas especialmente a brilhante inteligência aliada ao sólido cabedal de conhecimentos humanísticos e técnico-científicos na área de sua especialização devem ter vivamente impressionado o dinâmico Ministro.

Renato Braga, é notório, exerceu com proficiência as funções a ele confiadas na Escola Nacional de Agronomia, naquela época sediada em suntuoso edifício na Praia Vermelha. Pôde aí fazer largo círculo de amizades, algumas de personalidades influentes no mundo político de então. Mais tarde estas amizades lhe abririam as portas quando, no desempenho de suas múltiplas atividades funcionais, precisava contar com o prestígio e a influência desses homens públicos. Também estratificou, nessa oportunidade, farta messe de tirocínio administrativo e vivência técnico-científica postas em prática mais tarde na Escola de Agronomia do Ceará dando, a esta, notável impulso cultural e preparando-a para integração na Universidade Federal do Ceará, da qual Renato chegou a ser Vice-Reitor.

O Ministro Valdemar Falcão comunicava ao Interventor Federal Francisco de Menezes Pimentel, em 4 de abril de 1938, estarem em vias de embarcar para Fortaleza os engenheiros Álvaro Brandão Cavalcanti e Ernani Soutomaior Lima, para aqui darem início às obras do porto desta Capital. (10)

Estes engenheiros eram funcionários da Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas ou, como era mais conhecida, da Civilhidro e vinham, portanto, supervisionar a construção do porto de Fortaleza. Não, porém, localizado no Mucuripe, mas em frente à cidade. Levantaram-se, então, várias vozes contrárias a esta localização pretendida a qual, argumentavam, daria a Fortaleza apenas modesto ancoradouro. (7)

O Decreto nº 544, publicado em 7 de julho de 1938 no Diário Oficial da União, atendeu aos apelos de políticos e empresários do Ceará, porquanto transferiu, para Mucuripe, a localização do porto. Aí foi concluído e, desde 7 de abril de

1965, está sendo administrado por entidade de economia mista, a Companhia Docas do Ceará.

A história desse porto é, porém, longa e acidentada. Vicente Yañes Pinzón, em princípios de fevereiro de 1500, já fundeara suas caravelas na enseada, por Diego de Lepe crismada, mais tarde, de *Rostro Hermoso*, e hoje conhecida pelo topônimo indígena Mucuripe.

Até o início do século XIX não se cogitou desse ancoradouro como porto para Fortaleza, possivelmente pela distância e dificuldade de acesso por terra. Em 1801 Bernardo Manuel de Vasconcelos propunha e a Junta da Fazenda lançava o imposto de 6$000 réis a pipa de oitenta canadas de aguardente da terra entrada na Capitania. Serviria este imposto para construção de estradas e de um cais no porto de Mucuripe. (sic) João Carlos Augusto Oyenhausen, sucessor daquele, achava viável poder construir-se, com pequena despesa, um cais de madeira nesse "porto". Mas, em 1805, mudara de idéia e comunicava, ao Visconde de Anadia, a construção de trapiche, também de madeira, na Prainha. Deslocava-se, assim, mais uma vez, para Fortaleza, a preferência dum porto ainda em estágio embrionário. (19)

Koster conheceu de perto, em 1810, as difíceis condições de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias na Capital provinciana. Não iriam ser fundamentalmente modificadas, essas condições, nem pelo *trapiche do Ellery* em 1857, nem pela célebre *Ponte Metálica,* iniciada em 1902 e concluída quatro anos depois.

Houve, de 1858 em diante, fartura de projetos e planos para Fortaleza ser dotada de porto condigno. Pierre Berthot (1858), Zózimo Bráulio Barroso (1871) e John Hawkshaw (1875) são os principais nomes vinculados a essas múltiplas e goradas tentativas. (7), (17).

Sem dúvida é curioso, a respeito do porto de Fortaleza, o fato de terem sido lançadas, para a mesma finalidade, duas pedras fundamentais: uma, em 1884 e outra dois anos depois, quando da construção do viaduto da *Ceará Corporation Limited.* Segundo o Barão de Studart foi colocado, na segunda pedra fundamental, o documento do qual transliteramos o tópico: "Em 14 de outubro de 1884 se tinha lançado uma primeira pedra por começo do dito viaduto, a qual foi extraída agora juntando-se os documentos desse tempo e este documento de hoje. Em conseqüência de embaraços as obras co-

meçadas não tiveram andamento, recomeçando, hoje, com grandes esperanças da população." (19)

Foi de 24 óbitos por dia a média da mortalidade infantil em Fortaleza durante o mês de março de 1939, segundo dados apurados em Cartórios e publicados na imprensa local a 4 de abril daquele ano. (10)

A capital cearense contava então, em número pouco superior a duzentos mil, seus habitantes. A mortalidade infantil atingiu, portanto, a desoladora cifra de 36 crianças mortas por dez mil habitantes. Contrapõem-se, a estas, apenas 7 (também por dez mil habitantes), numa Fortaleza seis vezes mais populosa.

Para chegarmos a este último resultado valemo-nos, também, de números fornecidos pelos Cartórios e referentes a crianças de 0 a 11 anos, números estes divulgados na imprensa local em março do corrente ano. (26)

Dos dados estatísticos de 1939 desconhecemos as faixas etárias. Admitimos, porém, como plausível, incidência maior e quase preponderante de lactentes. Eram estes vitimados por salmoneloses e shigeloses, em sua quase totalidade. Pouco sabiam os pediatras da época sobre a importância da reidratação em casos tais, nem dispunham ainda de eficiente medicação contra as enterobactérias.

Oportuno *Concurso de Dentes Perfeitos* era promovido a 4 de abril de 1940, pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, entre alunos dos educandários da Capital. (10)

Digna de aplausos e louvores essa iniciativa daqueles acadêmicos de Odontologia, hoje profissionais com quarenta anos de experiência. Foram eles, aqui, pioneiros de campanha encetada em todo o País e a qual, parece, infelizmente ficou restrita à confirmação do óbvio: o noticiário, faz poucos meses, e apesar da fluoretação em massa, ainda alertava para o estado precaríssimo dos dentes naturais, principalmente em nossa população adulta. O brasileiro, concluia-se então, é desdentado. Salvo raras exceções, é evidente.

No dia 4 de abril de 1943 seguiam de Fortaleza, com destino à Amazônia, o jornalista David Wilson, o cinegrafista Jean Manzon, o médico Dr. Pickerman e a enfermeira matogrossense Stela Pitaluga. Acompanhavam a grande leva dos assim chamados "soldados da borracha". (10)

A Segunda Guerra Mundial estava então em pleno curso. No segundo semestre do ano anterior a vitória do Marechal

Montgomery em El Alamein e, em fevereiro de 1943, a capitulação dos alemães em Estalingrado significavam, para o Eixo, o princípio do fim duma fase descrita por Churchill como *their finest hour.* Referia-se o estadista britânico ao fastígio do exército nazista em três anos de retumbantes vitórias. Mas o Eixo ainda teria, diante de si, mais dois longos e desgastantes anos até sua rendição incondicional.

Em 1943 a carência de borracha era grande, especialmente por terem os japoneses ocupado a Malásia, impedindo assim aos Aliados o acesso a essa fonte do latex da Hevea, transplantada no século passado à península malaia de seu habitat natural, a Amazônia, pelos ingleses. Mas, agora, ainda estava inacessível às potências do Eixo a Amazônia brasileira e, em 1942, fora o Ceará novamente assolado por terrível seca. Essa conjuntura teve, como importante conseqüência, o "soldado da borracha", ao qual se referia a notícia veiculada no jornal mencionado acima.

"Após longos anos de ausência visita o Ceará o escritor conterrâneo Gustavo Barroso, que é festivamente recepcionado pelas instituições culturais de Fortaleza." Esta notícia, divulgada pela imprensa local, era datada de 4 de abril de 1949. (15)

Gustavo Dodt Barroso estava então com sessenta e um anos bem vividos e faleceria dez anos depois. Autor de alentada bagagem literária, ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, Diretor do Museu Nacional, era de há muito nome de vasta projeção no País. O motivo de seu maior orgulho, no entanto, era a circunstância de ter nascido na Terra do Sol, como batizou o Ceará. Revelava esse acendrado amor ao solo natal e a cada instante quando, na qualidade de admirável *causeur,* discorria sobre a Fortaleza de seu tempo, retratada de corpo inteiro em sua trilogia *Coração de Menino, Liceu do Ceará* e *Consulado da China.*

Em sua edição de 4 de abril de 1954, o jornal *Nordeste* anunciava o encerramento do Tríduo de Orações e Sacrifícios promovido pela Arquidiocese de Fortaleza "em favor da *Igreja do Silêncio,* denominação dada pelo Papa Pio XII ao Clero e fiéis que se achavam sob o jugo comunista." (15)

O conflito ideológico na antevéspera da Segunda Guerra Mundial pressionou o Vaticano o qual, em face dessa discórdia de gigantescas proporções, não poderia manter atitude neutra por tempo indeterminado. (23) Assim, em 1937, o Papa Pio XII condenava direta e abertamente o nazismo na encíclica

Mit brennender Sorge e logo depois manifestava a repulsa da Igreja Católica ao comunismo ateu na *Divini Redemptoris.*

Pouco antes de ser desencadeada a hecatombe de 1939 a 1945, teve início o pontificado daquele Papa, inimigo declarado da ideologia comunista. Na década de cinqüenta não somente ameaçou o Papa Pio XII de excomunhão, os católicos filiados ao Partido Comunista, mas excomungou, dos cléros polonês, húngaro e chinês continental, os favoráveis a essa ideologia. Também reprimiu, na França, o movimento dos padres-operários, os quais tinham deliberado prestar assistência à classe obreira por meios aberrantes ou ao arrepio dos ditames tradicionais da Igreja.

Estas as escassas efemérides de 4 de abril, no Ceará, respigadas nas fontes de consulta ao nosso alcance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — Alencar, J.M. de — A nova Província do Crato. Transcrição do *Diário do Rio de Janeiro* no Jornal do Crato, *O Araripe,* n.º 48, de 31 de maio de 1856.

2 — Barroso, G. — *História Militar do Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, série Brasiliana, vol. 49, 2.ª edição, 1938.

3 — Braga, R. — *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará,* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, letra A, 1964.

4 — ————. — Idem, letras B e C, 1967.

5 — Câmara, J.A.S. — *Fatos e Documentos do Ceará Provincial,* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1970.

6 — Castro, J.B. de — *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, série Brasiliana, vol. 359, 2.ª edição, 1979.

7 — Girão, R. — *Porto do Mucuripe: Solução Ótima para um Problema Difícil,* Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.

8 — ————. *Pequena História do Ceará,* Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 3.ª edição, 1971.

9 — Hrozny, F. — The Hittites, *in Encyclopaedia Britannica,* Chicago, London, Toronto, Geneva, Sidney — William Benton Publisher, vol. 11, 1963.

10 — Mota, L. — *Datas e Factos para a História do Ceará,* (de 1924 a 1946), *in Revista do Instituto do Ceará,* n.ºs LXV a LXXVIII, de 1951 a 1963.

11 — Nogueira, P. — *Presidentes do Ceará durante a Monarchia,* Fortaleza, Typographia Minerva, 4.º vol. 1905.

12 — Pinheiro, I. — *Efemérides do Cariri,* Fortaleza, Editora Imprensa Universitária do Ceará, 1963.
13 — Pompeu Sobrinho, T. — *História das Secas (Século XX),* Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1953.
14 — ————. — Relação do Maranhão *in Três Documentos do Ceará Colonial,* Fortaleza, Imprensa Oficial, 1967.
15 — Sousa, J.B. de — "Datas e Fatos para a História do Ceará", (de 1947 a 1954), *in Revista do Instituto do Ceará* n.ºs LXXVIII a LXXXII, de. 1964 a 1968.
16 — Studart, G. — *Datas e Factos para a História do Ceará, Fortaleza,* Typographia Commercial, 1924.
17 — ————. — *Geographia do Ceará,* Fortaleza, Typographia Minerva, 1924.
18 — ————. — *Datas e Factos para a História do Ceará,* (Ceará Colonial), Fortaleza, Typographia Studart, 1896.
19 — ————. —*Datas e Factos para a História do Ceará,* (Ceará Província), Fortaleza, Typographia Studart, 1896.
20 — Théberge, P. — *Esboço Histórico sobre a Provincia do Ceará,* Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 2.ª edição, 1973.
21 — *Almanaque Abril,* São Paulo, Ed. Abril Ltda, 1979.
22 — *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1826,* Parte Primeira, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.
23 — *Encyclopaedia Britannica,* Chicago-London-Toronto-Genova-Sidney, William Benton Publisher, 1963.
24 — *Cearense* n.º 179, de 7 de abril de 1854.
25 — *O Nordeste* n.º 3577, de 4 de abril de 1934.
26 — *O Povo* n.º 16384, de 24 de março de 1980.
27 — *Relatorio com que foi entregue a Administração da Provincia ao Excellentissimo Senhor Doutor Ignacio Marcondes Homem de Mello pelo Excellentissimo Senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de junho de 1865,* Fortaleza, Typographia Brasileira, 1865.